

Introdução à Carta Social Europeia e seus Mecanismos de Defesa

Bruno Mestre, LLM e PhD

Juiz de Direito

Introdução

◊ Carta Social Europeia

- ◊ Tratado do Conselho da Europa sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais
- ◊ Adoptado em 1961 e profundamente revisto em 1996
- ◊ É o contraponto da CEDH em matéria de direitos sociais

- ◊ CEDH – direitos civis e políticos
- ◊ CSE – direitos económicos, sociais e culturais

- ◊ Têm o correspondente a nível da ONU com
 - ◊ Conv. Europeia dos Direitos do Homem -> Pacto Internat. De Direitos Civis e Políticos
 - ◊ Carta Social Europeia -> Pacto Internacional Direitos Econ. Sociais e Culturais

- ◊ Não foi integrada na CEDH em virtude da sua natureza política; dificultaria a sua adopção e a sua aplicação (enforcement) ainda é objecto de considerável debate
- ◊ Carta Social Europeia – o mais completo catálogo de Direitos Sociais na Europa
 - ◊ Salcedo Beltrán - «Constituição Social da Europa»

◊ Pontos a reter:

- ◊ a CSE não é subordinada nem secundária à CEDH mas sim complementar;
- ◊ Não há hierarquia ou presunção de conformidade entre CSE e Direito Comunitário; são duas ordens jurídicas distintas e EM estão igualmente vinculados a ambos;
- ◊ Os DS são direitos fundamentais tão válidos e aplicáveis quanto os outros
- ◊ Desafios: processo de Turin (10/2014) e documento de BXL (2/2015)

- ◊ Direitos Garantidos – um total de 31 artigos com uma configuração variável
 - ◊ Liberdade de escolher o trabalho – 1º
 - ◊ Direito a uma remuneração justa – 4º
 - ◊ Direitos colectivos dos trabalhadores – 5º
 - ◊ etc

Problema – tutela (enforcement)

- ◊ Principal problema – tutela dos direitos garantidos na CSE
- ◊ Situação actual – tutela multinível muito complexa
 - ◊ Mecanismos previstos na carta
 - ◊ Evolução da Teoria dos Direitos Fundamentais
 - ◊ Relacionamento com o Direito Comunitário e o TJUE
 - ◊ Relacionamento com os Tribunais Nacionais

Mecanismos previstos na CSE

- ◊ Comité Europeu dos Direitos Sociais
 - ◊ Conjunto de Peritos Independentes que têm por função analisar o cumprimento com as obrigações derivadas da CSE
- ◊ 1. Relatórios Bienais – art. C
 - ◊ ES enviam relatórios bienais onde divulgam as suas medidas para assegurar implementação da carta
- ◊ 2. Mecanismo de Reclamação Colectiva – art. D
 - ◊ Organizações representativas de empregadores e trabalhadores a nível internacional e nacional;
 - ◊ ONG com papel consultivo no CdE

Problemas

- ◆ Relatórios bienais são pouco eficientes e muito vagos;
- ◆ Mecanismo de reclamação colectiva apenas está disponível a um número limitado de organizações; desde 1998 apenas foram introduzidas 23 reclamações.

Evolução Teoria dos DF

- ◊ Distinção tradicional entre DLG e DESC
 - ◊ DLG – self-executing
 - ◊ DESC – dependentes da mediação de terceiros
- ◊ Os DS são igualmente direitos fundamentais que carecem, tanto quanto os DLG, de uma acção positiva do Estado para a sua implementação;
- ◊ DS como uma obrigação permanente de concretização por parte de todos os órgãos do Estado – incluindo Tribunais.

- ◊ Obrigação de concretização (enforcement / verwirklichung)
 - ◊ Impende permanentemente sobre todos os órgãos do Estado nas suas esferas de competência;
 - ◊ Órgãos Estaduais devem agir de forma a dar expressão máxima aos direitos consagrados na CSE (CRP e outros tratados internacionais)
 - ◊ Essa obrigação vincula os Tribunais nacionais

Actividade Judicial

◊ Tribunais:

- ◊ Interpretação conforme com a CSE
- ◊ Respeito por standards mínimos de proteção que o poder legislativo e executivo não podem violar
- ◊ Padrão de controlo no teste da proporcionalidade (legitimidade, adequação e proibição ao excesso)

Relacionamento UE e CSE

- ◊ A CSE não faz parte do Direito Comunitário nem está sujeito ao TJUE
- ◊ A UE não subscreveu a CSE apesar de todos os EM a terem ratificado
 - ◊ Problema: ninguém pode servir dois senhores
- ◊ Soluções transitórias:
 - ◊ Jurisprudência do TJUE – fonte de interpretação do Direito Comunitário derivado (Sai Kiiski – C-116/06)
 - ◊ CDFUE reafirma (restates) alguns dos direitos sociais consagrados na CSE (mas não todos) – preâmbulo e art. 51/3ºCDFUE.

Conclusões

- ◊ Uma área com evoluções lentas mas seguras
- ◊ Progressos inegáveis na tutela e aplicação dos direitos sociais
- ◊ Necessidade de uma consideração global e contextual para se compreender o seu mecanismo
- ◊ Relacionamento com Direito Comunitário é – provavelmente – a área mais polémica.